



Assembleia Geral Ordinária do ICEA

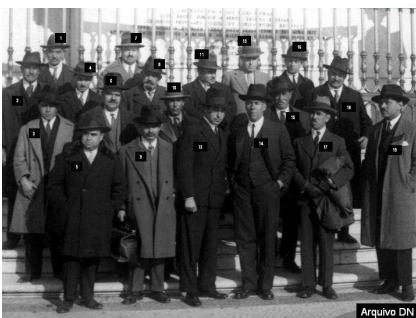
Protocolo com o Centro de História da Universidade de Lisboa

Apresentação das Actas do X Curso de Verão

O contributo de Rogério Pinheiro Leal Nunes: a Nova Ericeira

Colaboração da ADDPCTV

Uma fotografia Ericeirense



Em jeito de Editorial...

Inicia-se um novo ano. O balanço à actividade desenvolvida pelo ICEA em 2008 é positivo. Destaca-se, sem dúvida, o X Curso de Verão; foi um dos mais participativos de sempre e a qualidade dos oradores foi, por todos, realçada. As actas acabam de ser publicadas, com direito a apresentação pública.

A conferência onde se discutiu o Acordo Ortográfico, assim como as sessões conjuntas com a Academia Portuguesa de História, com a Academia de Marinha e com a Sociedade de Geografia de Lisboa foram outros pontos altos da actividade do ICEA no corrente ano.

Quanto ao NotICEAs procurou, ao longo do ano, dar nota do que ia acontecendo, tentando, sempre que possível, ter o contributo de associados e/ou amigos.

Exemplo disto é termos, neste número, de novo, a participação de Rogério Pinheiro Leal Nunes e da ADDPCTV.

Também a partir deste número do NotICEAs vamos tentar apresentar, todos os meses, uma "Fotografia Ericeirense". O objectivo é recordarmos pessoas e locais que foram importantes para a Ericeira. Por isso, se tiver uma fotografia ou um postal que queira partilhar connosco não hesite: o nosso email está pronto para o receber: gic@icea.pt

Finalmente... Os desejos de um excelente 2009.

Assembleia Geral Ordinária do ICEA

Realiza-se, no próximo dia 17 de Janeiro de 2009 às 15.00 horas, na sede do ICEA, na Rua Dr. Eduardo Burnay, n.º 24 - cave esq.^a - Ericeira, a Assembleia Geral Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apresentação do Parecer do Conselho Fiscal e apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas da Direcção referente a 2008.
2. Apresentação do Programa de Actividades para 2009.
3. Outros assuntos de interesse para o ICEA.

Se à hora marcada não estiverem presentes pelo menos metade dos Associados, a Assembleia reunirá em 2.^a convocatória no mesmo local, 30 minutos depois, com a mesma Ordem de Trabalhos e com o número de Associados presentes.

Protocolo com o Centro de História da Universidade de Lisboa

Foi assinado no dia 10 de Dezembro, no Centro de História da Universidade de Lisboa um Protocolo com o ICEA, formalizado, respectivamente, pelo Prof. Doutor António Ventura, Director do CHUL e pelo Dr. José de Freitas, Presidente da Direcção do ICEA.

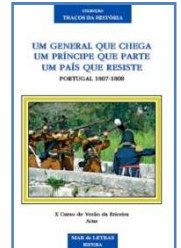
Este protocolo visa "institucionalizar a cooperação cultural entre as duas entidades, segundo programas anuais de acções nas áreas da História, nomeadamente a História Local e as relacionadas com a problemática do Mar."

Apresentação das Actas do X Curso de Verão da Ericeira



Decorreu no passado dia 19 de Dezembro, na Sala do Trono do Palácio Nacional de Mafra, a apresentação pública das Actas do nosso X Curso de Verão.

Estiveram na mesa, da esquerda para a direita, o Dr. Mário Pereira, director do Palácio Nacional de Mafra, a Prof. Doutora Margarida Garcez, co-responsável científica pelo Curso de Verão, o Eng. Hélder Silva, vereador da Câmara Municipal de Mafra e actual presidente da PILT (Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres), o Dr. José de Freitas, presidente da Direcção do ICEA e o Sr. António Carlos Serra, da Mar de Letras, editora responsável pela publicação das Actas.



O contributo de Rogério Pinheiro Leal Nunes: a Nova Ericeira

Em maio de 1818, a Região Sul do Brasil recebeu a primeira leva de colonos da Ericeira. Essas pessoas, pescadores na sua maioria, se estabeleceram no litoral do Estado de Santa Catarina, precisamente na Enseada das Garoupas, hoje a cidade de Porto Belo. Oficialmente a Colônia Nova Ericeira durou seis anos, mas ela continua viva, mesmo sem o conhecimento de seus descendentes. A técnica pesqueira trazida de Portugal e repassada de pai para filho foi a principal herança deixada pelos ericeirenses do século XIX. Esse tesouro contribuiu para o desenvolvimento da pesca industrial no Brasil. O texto que segue faz parte do capítulo 4, do livro "A Nova Ericeira". Ele conta a história da pequena Valéria, ascendente dos pescadores da Ericeira. A menina simboliza o papel da mulher em uma vila pesqueira dominada por homens. O naufrágio do barco Estrela Dalva, em 1980, foi determinante para selar o futuro de Valéria. A Nova Ericeira foi escrito dentro das técnicas do novo jornalismo, que mistura jornalismo e literatura. Todas as histórias existiram, bem como seus personagens. A tripulação do Estrela Dalva também ascendia dos primeiros pescadores que vieram da Ericeira. Lembrando que o texto a seguir é apenas uma parte do capítulo 4. Então boa leitura e um feliz 2009 a todos.

Capítulo 4: Valéria

"Quando o barco de pesca Estrela Dalva saiu da Praia do Mariscal, em Bombinhas¹, na madrugada de sábado, dia 11 de outubro de 1980, o tempo era bom e o mar tranqüilo. Cenário bem diferente dos primeiros dez dias daquele mês, que haviam sido de muita chuva. Por esse motivo, os quatro tripulantes do Estrela Dalva aproveitaram o tempo bom para pescar. A embarcação seguia rumo a Galés, uma pequena ilha de formação rochosa, distante 11 quilômetros da costa de Santa Catarina. No lugar da tainha, o alvo dos trabalhadores do mar desta vez era a corvina². O barco ancorou próximo à Ilha, às cinco horas da manhã. Enquanto não chegava o momento de recolher as redes, os pescadores iniciaram uma conversa para espantar o sono. Mariano, um pescador com 60 anos de vida e 45 dedicados à pesca foi o primeiro a falar.

- Eu acho que o tempo vai virar. Está calmo demais aqui. Vocês não acham? Olhem como o vento começou a soprar a Sudeste - disse o velho marujo encostado junto à proa.

Para quem possui experiência, o vento na direção Sudeste em alto mar pode trazer muitas preocupações. Já para os mais jovens, o conhecimento dos mais velhos, às vezes se torna uma oportunidade a mais para uma pilhéria. Foi o que fez Reginaldo, o mais novo dos tripulantes do Estrela Dalva.

- Sabe que eu acho? O senhor trouxe uma garrafa de cachaça para bordo e tomou tudo.

Reginaldo também filho de pescador, com seus 23 anos, andou pela lateral da embarcação. Fez de conta que tinha uma garrafa de aguardente na mão. Levantou o dedo indicador esquerdo molhou no lábio e verificou a direção do vento. Com a voz entrecortada de um bêbado, disse para a gargalhada de todos:

- “O vento mudou para Sudeste”. Até Mariano esboçou um sorriso tímido.

Depois de alguns minutos de silêncio, Valdir, um pescador loiro cheio de sardas, mudou de assunto. Ele perguntou para o dono do barco, um senhor com a idade e o mesmo tempo de pesca do velho Mariano, sobre o cargueiro Lili.

- João, onde está o navio fantasma?

- Que navio fantasma?

- O navio que enalhou. Dizem que até mesmo da ilha dá para ouvir os gritos dos marinheiros que morreram no naufrágio.

Da cabine do barco, João apontou para a escuridão do oceano, mais precisamente, rumo ao farol - a única testemunha do diálogo daqueles pescadores.

- Tudo isso não passa de tolices do povo. O resto do navio está naquela direção, mas não existe fantasma nenhum - continuou o mestre do barco.

O navio alvo da conversa era o cargueiro Lili. Em 1958, este navio de bandeira espanhola se perdeu durante um nevoeiro e bateu nas pedras da Ilha das Galés. Morreram nesse naufrágio 30 marinheiros. A embarcação pode ser vista dividida ao meio e a uma profundidade superior a cinco metros. Hoje, o navio serve de abrigo para algas, peixes de todas as espécies, tartarugas marinhas e arraias. Fora esse naufrágio, outra curiosidade não vem do mar, mas sim do ar. A Ilha das Galés é um dos mais importantes locais de acasalamento de aves marinhas da costa brasileira.

Perto das seis horas, em vez dos primeiros raios de sol, quem apareceu mesmo foram às nuvens mais pesadas no horizonte. O vento havia mudado mais uma vez de direção. Soprava agora sentido Leste e bem forte.

- É melhor a gente recolher as redes logo e sair daqui.

O seu Mariano acertou mais uma vez - disse Valdir.

- Eu peço desculpas seu Mariano - disse o jovem Reginaldo.

- Não é hora de conversa agora. Vamos, puxem as redes - ordenou João.

Os quatro tripulantes do Estrela Dalva começaram a puxar as redes com toda a pressa do mundo. Não prestavam atenção na quantidade de peixes que jogavam no porão do barco. Os olhares estavam

direcionados às nuvens negras, que para o azar dos pescadores, eram bem mais rápidas do que eles. Para completar, uma das redes ficou enleada em um coral e mesmo com toda a força dos pescadores nada conseguia levantá-la. Um raio iluminou o crepúsculo e logo em seguida um trovão fez tremer a embarcação. Aquele era um sinal para que eles tomassem uma medida extrema. Mariano e Valdir puxaram uma faca e desprenderam a rede. O vento era muito forte, os raios caíam por todos os lados. Os pescadores se refugiaram na cabine. João ligou os motores e o Estrela Dalva seguiu como pode em direção à ilha, desafiando as ondas de quase cinco metros de altura e os relâmpagos. Todavia já era tarde demais para os pescadores, a tempestade caiu com toda força. A batalha que estava prestes a ser travada era de David e Golias. No entanto, ao contrário da Bíblia, na história do Estrela Dalva e seus tripulantes, o vencedor não seria o mais fraco.

Dentro da cabine ninguém conseguia ficar em pé. A chuva caía agora a cântaros. O vento forte quebrou ao meio o mastro central do barco. A situação era tão grave que os quatro pescadores já se encontravam cada um com seu salva-vidas. O equipamento passava uma falsa sensação de segurança, pois o mar era revoltoso. Mesmo com o salva-vidas seria muito difícil sobreviver. Acostumados com os perigos do mar, João e Mariano, estavam receosos. Embora indesejável, a morte é uma companheira sempre constante para aqueles que desafiam o oceano. Cada pescador, com pelo menos cinco anos de profissão já perdeu um amigo, colega ou parente em um naufrágio. Além disso, os quatro homens ascendiam dos pescadores que vieram da Ericeira, em 1818. Mesmo sem saber, eles traziam no sangue o gosto pelo mar e a coragem para enfrentá-lo todos os dias. Porém, naquele 11 de outubro de 1980, a morte estava mais próxima. E os dois velhos pescadores pressentiam isso.

A situação agora era de desespero. Os vagalhões empurravam o barco cada vez mais para o fundo. Por duas vezes a embarcação quase foi engolida pelo mar. Uma onda mais forte inclinou para o lado o Estrela Dalva e depois o virou. Desesperados, os homens tentaram sair da cabine pela portinhola. Não conseguiram. Na hora que tentavam fazer isso uma onda gigante atingiu a cabine, levando a embarcação para o fundo do mar. O impacto do vagalhão foi tão grande, que minutos depois os destroços do Estrela Dalva submergiram, junto com três pescadores. Faltava um tripulante.

Próximo a Ilha das Galés, o farol que há quase meio século havia testemunhado o naufrágio do cargueiro Lili, observava friamente a do barco de pesca que homenageava o planeta Vênus. No meio do Atlântico Sul, três pessoas lutavam para sobreviver. Seus pedidos de socorro se perdiam no meio das ondas e dos raios que caíam sob as suas cabeças. Cada pescador se agarrou como pode em algum pedaço da embarcação e assim lutou contra a morte...”

¹ Cidade emancipada de Porto Belo em 1992.

² Peixes do Litoral do Sul do Brasil.

Colaboração da ADDPCTV

V - A 1ª INVASÃO FRANCESA

*Graça Andrade Mira **

A 17 de Outubro de 1807 (dez dias antes da assinatura do Tratado de Fontainebleau), Napoleão ordenou ao general Andoche Junot que entrasse em Espanha com 25 000 homens, onde se lhe reuniram as tropas espanholas para proceder à invasão de Portugal. A 19 de Novembro Junot cruza a fronteira, chegando a Castelo Branco em lastimáveis condições de abastecimento, pelo que saqueia a cidade e toda a Beira Baixa.

A notícia da presença dos franceses em Abrantes fez apressar o embarque da família real, com destino ao Brasil. Antes porém, D. João nomeou um Conselho de Regência composto por nove personalidades representativas da nobreza, clero e magistratura e mandou afixar editais nos quais aconselhava o povo a receber os franceses como amigos, para evitar represálias.

A 29 de Novembro, Junot é saudado em Sacavém por uma delegação (constituída por personalidades ligadas à Regência, à Academia das Ciências e à Maçonaria Portuguesa) que lhe pede protecção. No dia seguinte, Junot entra em Lisboa acompanhado por uma escolta militar da Guarda Real da Polícia.

É pois, sob o lema da “protecção” que as tropas napoleónicas e espanholas invadem Portugal, ultrajado pela “maligna influência inglesa”, no dizer de Junot e em pouco tempo, todo o país se encontrava ocupado por cerca de 50 000 soldados que se espalharam por toda a nação, confiscando, pilhando, roubando, matando e prendendo a seu bel-prazer.

Torres Vedras sofreu desde logo os incómodos do alojamento e de quase todo o peso das requisições para a subsistência das tropas estacionadas não só na então Vila (cerca de 3 mil homens), como em Mafra e Peniche. O trato moderado e parcimonioso do Brigadeiro Charlot (comandante das tropas francesas) contribuiu para que Torres Vedras pudesse ter negado qualquer obséquio público ao intruso governo francês e mantivesse os cultos religiosos, inclusive o Natal.

Durante a primeira invasão, as estruturas administrativas judiciais e fiscais do Estado absoluto não sofreram qualquer alteração. Este modelo de funcionamento colaboracionista generalizou-se a quase todas as instituições, de que não foi excepção a Igreja, a qual teve uma função primordial na criação de um clima popular mais ordeiro. O púlpito foi usado para serenar o povo. Foi nesse estado geral de “afrancesamento das instituições” que o País viveu entre 30 de Novembro de 1807 e 1 de Fevereiro de

1808, data em que Junot extingue o Conselho de Regência e proclama oficialmente a destituição da Casa Real de Bragança, numa clara violação do Tratado de Fontainebleau. A partir de então todos os decretos, cartas e alvarás passam a ser assinados em nome de «S. M. o Imperador dos Franceses, Rei de Itália e Protector da Confederação do Reino».

O exército português foi parcialmente dissolvido e transformado numa “Legião Lusitana”, que seguiu para Espanha e depois para França e outras partes da Europa a lutar por Napoleão.

Como consequência do imposto extraordinário de 100 milhões de francos, ordenado por Napoleão, Junot lança sobre o reino uma contribuição de 40 milhões de cruzados. À Junta do Comércio são cobrados 6 milhões. O ouro e a prata das igrejas começam a ser recolhidos. Da Comarca de Torres Vedras, “a dita prata e ouro, reduzida a dinheiro somava a enorme quantia de 35 000\$600 rs”. Na chamada contribuição de guerra exigida à classe comercial, “coube a este Concelho a quantia de três contos de reis e à Comarca oito contos”. As insurreições sucedem-se de Norte a Sul do país e a pedido da Junta do Porto, o general Artur Wellesley acorre em auxílio dos portugueses, vindo a travar a 17 de Agosto, com Delaborde, o combate da Roliça-Columbeira do qual saiu vencedor e no dia 21 a batalha do Vimeiro, perdida pelo próprio Junot. Iniciaram-se então as negociações para a rendição dos Franceses e a sua saída de Portugal, cujos termos se fixaram na chamada Convenção de Sintra.

A este propósito refira-se que, faz parte do espólio do Museu Municipal Leonel Trindade o “Bufete da Maceira”, em que foi negociado o armistício que pôs fim à 1ª Invasão Francesa. O local, ou locais de assinatura deste documento têm levantado alguma controvérsia, surgindo inclusive questões relativamente à sua denominação. No entanto, se pretendermos denominá-la pelos locais onde foi assinada, a exemplo de outros tratados similares, a denominação mais indicada seria a de Convenção de Torres Vedras/Lisboa, uma vez que, este documento foi o tema de uma reunião do Estado Maior inglês, em Torres Vedras, no dia 28 de Agosto de 1808, onde foi validado, saindo daqui o documento que foi assinado por Junot no dia 30 de Agosto, em Lisboa.

Em Setembro, os Franceses embarcavam com destino a França, levando consigo a maior parte da pilhagem que ainda hoje se pode encontrar em museus e bibliotecas francesas.

* Professora

VI - A 2.ª INVASÃO FRANCESA

Maria Guilhermina Pacheco

Napoleão Bonaparte, enquanto, prosseguia com a guerra em Portugal, forçou em Espanha, a abdicação do rei Carlos IV e do seu herdeiro D Fernando, em 1808, em Baionne, e colocou no trono espanhol o seu irmão José Bonaparte.

Perante isto, iniciou-se um movimento de revolta contra os franceses, que foi apoiado pelas tropas britânicas acantonadas no norte de Portugal. Sob o comando de John Moore, os ingleses passam a fronteira no início de 1809, tendo sofrido uma derrota na Corunha, pelos franceses comandados pelo marechal Soult. Tiveram que se retirar, deixando o caminho aberto a Soult, que invade Portugal pela fronteira do Minho, em Março de 1809, avançando até à cidade do Porto, que foi ocupada a 24 desse mês, tendo fixado a fronteira no Douro. É desta altura que se dá o trágico episódio de 29 de Março, no rio Douro, com a fuga de pessoas pela ponte das Barcas, que não aguentou com o peso, tendo morrido à volta de 4.000. Em Maio, do mesmo ano, tropas Luso-Britânicas comandadas pelo General Arthur Wellesley e pelo

Comandante-em-Chefe Marechal William Carr Beresford, vencem a chamada batalha do Douro, reconquistam a cidade e a 29 de Maio expulsam os franceses, que se retiram para a Galiza.

Entretanto as tropas de Wellesley continuam para sul, e travam a batalha de Talavera, em Julho, já em território espanhol, tendo vencido, regressando depois a Portugal. Esta batalha indica o final desta segunda invasão, tendo sido concedido ao general Wellesley o título de Lorde Wellington.

Pode-se destacar pela sua importância estratégica a chamada escaramuça de Serém, concelho de Vouga, uma região de difícil acesso do rio Vouga e do rio Marnel, em que o capitão-mor do Vouga, José Pereira Simões, travou o avanço do marechal Soult, para sul, e, esperou pela chegada de tropas do Batalhão Académico, a que mais tarde se juntaram reforços, comandados por Wellesley. Em consequência, o exército de Soult não conseguiu atravessar o Vouga e, tiveram que se retirar para Norte.

O DESASTRE DA PONTE DAS BARCAS

O Porto destaca-se como um centro importante de actividades económicas, desde os princípios da nacionalidade, articulado com o rio Douro, que o protegia, como linha defensiva e, mais tarde, como meio de circulação de pessoas e mercadorias. A travessia do rio, ao longo do tempo, foi sendo feita com a ajuda de barcos, jangadas e barças. Há várias referências a pontes construídas utilizando barcas.

A primeira ponte, com projecto de Carlos Amarante, construída para perdurar, foi inaugurada a 15 de Agosto de 1806. Era constituída por 20 barcas ligadas por cabos de aço, podendo abrir em 2 partes para a passagem do tráfego fluvial. Foi nela que se deu o trágico acidente de 29 de Março de 1809 em que milhares de pessoas morreram afogadas. Fugindo às tropas francesas, precipitaram-se para a ponte, que não aguentou com o peso e cedeu. Quem vinha atrás, não se apercebendo do abismo, empurrou para a morte os que estavam mais adiante.

A Ponte das Barcas foi reconstruída, acabando por ser substituída pela Ponte Pênsil em 1843.

Actualmente, continua a reverenciar-se a memória destas vítimas da segunda invasão francesa com a colocação de flores e velas junto da lápide às “Alminhas da Ponte”, erigida no local do desastre.

* Professora



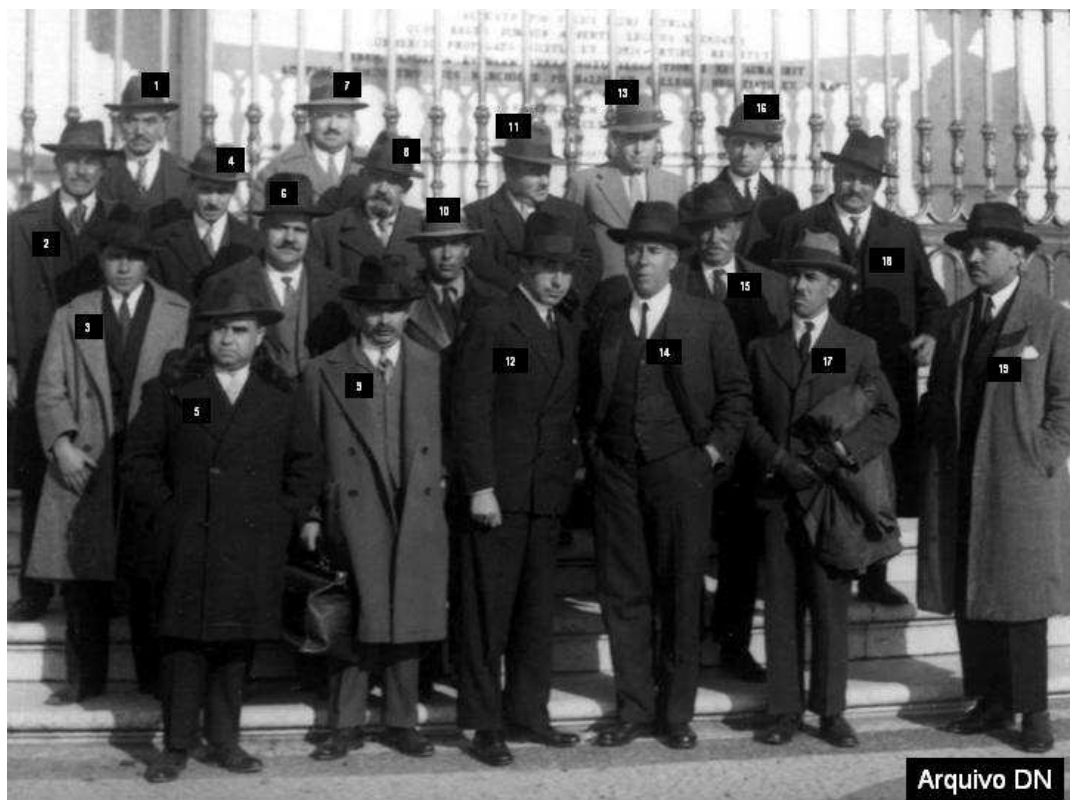
Uma fotografia Ericeirense

Numa altura em que as obras do porto da Ericeira parecem, finalmente, avançar a bom ritmo, será curioso relembrar os esforços de um grupo de ericeirenses, no já bem longínquo dia 24 de Janeiro de 1933, que se deslocou a Lisboa e foi recebido por dois ministros e pelo governador civil. Luís Palhano, um dos elementos da comitiva, relatou para a Gazeta de Torres o que aconteceu:

«O sr. ministro da Marinha recebeu há dias uma comissão da Ericeira, que foi expressamente a Lisboa para pedir a este titular a efectivação rápida da construção do porto de pesca e que fossem desde já demolidas algumas pedras que muito dificultam a entrada no porto.

O sr. comandante Mesquita Guimarães que poucos dias tinha vindo passear à Ericeira, recebeu a Comissão com a maior das atenções, prometendo tomar na máxima consideração esse justo pedido, pois conhecia bem de perto essas graves necessidades; todavia, como esse assunto não corre pela sua pasta, iria recomendá-lo ao seu colega do Comércio, que, certamente, mandará proceder com brevidade ao estudo do problema. A mesma comissão esteve em seguida no Ministério das Obras Públicas e Comunicações, onde foi solicitar o quebramento de alguns rochedos que afloram a praia do Portinho da Ericeira, para evitar sérios prejuízos nas embarcações ao vararem a praia. Pelo engenheiro sr. J. Carlos Alves, chefe de gabinete do sr. Ministro das Obras Públicas foi recebida a referida Comissão a quem este sr. prometeu submeter o assunto à apreciação do titular daquela pasta, a fim de ser convenientemente estudado.

Por fim, a comissão avistou-se também com o sr. governador civil de Lisboa, a quem foi agradecer os benefícios recebidos recentemente.»



Arquivo DN

Quem é quem, na fotografia... (1) alferes reformado Júlio de Sá, representante do povo; (2) Domingos Gomes Salvador, representante da classe piscatória; (3) Elisiário Bernardino representante da indústria; (4) Luís Maria Rodrigues, provedor da Misericórdia; (5) Santos Filipe Fino, correspondente de O Século; (6) Alípio Franco Leitão, pela Junta de Freguesia; (7) Eugénio dos Santos Caré, representante do comércio; (8) António Franco Caiado, da Comissão de Iniciativa e Turismo; (9) Eduardo Paulo, representante do comércio; (10) Dário Baptista da Silva, representante da indústria; (11) António Henriques Franco, representante da indústria; (12) José Franco de Matos, correspondente de A Voz; (13) José Gomes Salvador, representante do comércio; (14) tenente Homero Augusto das Neves, vereador; (15) Joaquim de Almeida Piloto, representante da classe piscatória; (16) Alberto Evangelista Galvão, pela União Nacional; (17) capitão Joaquim Varela Gusmão, presidente da Câmara; (18) José Henriques Leitão, representante da classe piscatória; (19) Luís Palhano, correspondente do Diário de Notícias e da Gazeta de Torres.

Uma palavra de agradecimento aos Srs. Caré e Amadeu Pereira, determinantes na identificação destes ericeirenses.